

História e política no processo de patrimonialização da cidade de Ouro Preto

History and politics in the process of patrimonialization Ouro Preto city

Jussara Duarte Soares Dias

Mestra em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania
Universidade Federal de Viçosa
jussara.restauero@gmail.com

Recebido em: 13/03/2020

Aprovado em: 16/04/2020

Resumo: O artigo traz algumas reflexões sobre a patrimonialização de Ouro Preto, buscando elucidar como esse processo não ocorreu apenas na década de 1930, após a criação do SPHAN, mas vinha ocorrendo desde o século XIX na cidade. Utilizamos como fontes jornais e livros escritos no final do século XIX e início do século XX, e as atas do Conselho Consultivo da Câmara de Ouro Preto, de 1931 a 1936. Desta forma, procuramos mostrar a construção da história oficial e das políticas públicas patrimoniais através de uma perspectiva local. Nosso objetivo é lançar luzes sobre outros atores, intelectuais e políticos mineiros, que contribuíram para o processo de patrimonialização da cidade priorizando, ainda no século XIX, os bens culturais localizados no “centro-histórico”.

Palavras-chave: História Local; Patrimonialização; Ouro Preto.

Abstract: The article brings some reflections on the heritage of Ouro Preto, seeking to elucidate how this process did not occur only in the 1930s, after the creation of SPHAN, but had been occurring since the 19th century in the city. We used newspapers and books written in the late 19th and early 20th centuries as sources, and the minutes of the Advisory Council of the Ouro Preto Chamber, from 1931 to 1936. In this way, we try to show the construction of the official history and public patrimonial policies through a local perspective. Our goal is to shed light on other actors, intellectuals and politicians from Minas Gerais, who contributed to the city's heritage process, prioritizing, even of the 19th century, cultural assets located in the “historic center”.

Keywords: Local History; Patrimonialization; Ouro Preto.

Introdução

Recordo-me de uma noite, perto da Bahia, quando assistia absorto ao espetáculo pirotécnico de fosforescentes vagalumes; sua pálida luz brilha, desaparece, volta a brilhar, sem penetrar na noite com uma verdadeira luz. O

mesmo acontece com os eventos, para além de seu brilho, a escuridão predomina (BRAUDEL, 1995, p. D5).

A metáfora do vagalume descrita por Braudel associada à construção da história, também pode ser ressignificada para a construção do nosso patrimônio cultural. Membros de um grupo selecionam as memórias buscando as suas representações no passado, como num piscar, se lembram de alguns fatos acabando por esquecer tantos outros, como a luz do vagalume ou, de acordo com Civale (2015) como um jogo entre “luzes e sombras”. É esse movimento oscilante e constante que pode ocorrer de forma intencional, ou não, que a memória vai sendo enquadrada e o patrimônio cultural construído.

O desenvolvimento das ciências e da tecnologia, destacando aqui o *boom* da internet, forja uma “sociedade [atual] em rede” (CASTELLS, 2000, p. 26) diminuindo as barreiras físicas e geográficas que antes separavam os indivíduos. Fenômeno também conhecido como globalização (GUMBRECHT, 2015, p. 35) ao mesmo tempo em que uniu as pessoas, despertou nos responsáveis pela construção da memória oficial dos Estados, a ideia de redefinirem suas particularidades, selecionando as memórias que representem o passado do país, do estado ou do município.

Assim como em outros países, o processo de construção do estado nacional no Brasil está intrinsecamente relacionado com a formação do seu patrimônio cultural. E, não obstante, na maioria dos casos, como em períodos autoritários e ditatoriais, o estado utilizou da dimensão cultural para estabelecer o controle e usá-lo a seu favor, dominando o que Gramsci (2007) conceitualizou por “hegemonia cultural”. Cabe ressaltar que os detentores do poder, logo, os responsáveis por selecionar as memórias, ainda se utilizam de símbolos culturais como forma de criar uma consciência nacional e assim estabelecer as “comunidades nacionalmente imaginadas” (ANDERSON, 2018, p. 32), característica do mundo moderno.

Contudo, há uma dialética entre o global e o local, o geral e o particular, sendo o processo de patrimonialização uma reação ao “medo da perda” (GONÇALVES, 1996), do esquecimento e da segregação das memórias, intensificadas nesta modernidade tardia pelas rápidas e excessivas transformações. E, como toda ação gera uma reação, os impulsos se voltam à preservação não apenas dos aspectos físicos por séculos privilegiados, mas também para os chamados imateriais ou intangíveis que resistem ao tempo e representam grupos ainda marginalizados pelo poder público.

Apesar do *frenesi* patrimonial atual, observa-se que foi somente a partir de 1980, mais especificadamente com a redemocratização da República Brasileira e com a Constituição de 1988 que, institucionalmente, bens culturais representantes de grupos “não oficiais” como os indígenas, quilombolas e mulheres foram reconhecidos. Contudo, os bens representativos de comunidades que estão em lugares afastados e periféricos dos centros das cidades, seguem esquecidos pelas políticas públicas de Estado, apesar de reconhecermos certa abertura no que diz respeito à visibilidade. Essas memórias ainda sussurradas, apesar de não fazerem parte dos “mitos de origem” da história oficial, são memórias.

Segundo Márcia Chuva, os “arquitetos da memória” (CHUVA, 2001) envolvidos na construção de um discurso positivista, de cunho comteano, e, que representavam o Estado no início do século XX durante a chamada Primeira República Brasileira, buscaram materializar a história nacional através do patrimônio cultural. Desta forma, a história que foi sendo narrada durante séculos priorizou as memórias das elites, aceitando como fontes unicamente os documentos escritos e oficiais. Assim, excluíram deste processo todas as outras formas de expressão humana, além da escrita, que compõem a nossa sociedade tão heterogênea.

Mas vale destacar que no campo historiográfico, já com a Escola dos Annales criada em 1929, os métodos antigos comteanos utilizados pelos seguidores da corrente positivista foram revistos e criticados. Os intelectuais envolvidos neste movimento, além de ampliarem o conceito de fonte histórica, não mais encararam o documento escrito como sinônimo de verdade, inócuo e espelho de uma época. Historiadores como Jacques Le Goff, ressaltaram a importância dos documentos não escritos. Desta forma, revolucionaram a historiografia incluindo os até então excluídos, como as memórias representativas dos negros, das mulheres e dos indígenas, que, em sua maioria, não possuem arquivos conservados para a escrita da história.

Mas como de *práxis*, a prática não acompanhou a teoria. Somente após o movimento da Nova História Cultural (1960) judicialmente podemos dizer que, no Brasil, somente após o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que enfim foram reconhecidos os bens com características e formas de expressão de grupos marginalizados, inserindo-os nas listas oficiais patrimoniais.

É válido observar que a formação das políticas a favor do patrimônio cultural, através do histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), destaca o

intelectual Mário de Andrade com ideias singulares na apresentação do seu anteprojeto para a criação do órgão (SPHAN), onde o mesmo já reconhecia as manifestações populares, folclóricas e a diversidade das linguagens indígenas. No entanto, remodelado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, o Projeto de criação do Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937, priorizou os bens culturais de natureza material, através do tombamento, e valorizou as memórias de determinados grupos sociais.

Ação e reação: construindo o patrimônio cultural da cidade de Ouro Preto

Em Ouro Preto, cidade declarada patrimônio da humanidade, são incontáveis os estudos referentes ao seu período colonial, com temas ligados à arte barroca e rococó, às irmandades, ao sistema da sociedade escravocrata, às revoltas liberais, às estradas reais; bem como temas focados nas figuras de Chico Rei, Felipe dos Santos, Marília de Dirceu, Aleijadinho, Tiradentes e outros escolhidos. Felizmente, atualmente, também é possível encontrar muitos estudiosos interessados em abordar não apenas essas “reliquias da história”, mas as mais diversas representações que marcaram o seu passado se dedicando às memórias dos morros e distritos da cidade.

Considerando que o patrimônio cultural é um processo histórico socialmente construído, portanto, sempre em mudanças, neste estudo, procuramos nos atores mineiros políticos e intelectuais, e em suas narrativas, ações que contribuíram para a patrimonialização da cidade de Ouro Preto. Sendo assim, observa-se que a cidade iniciou seu fenômeno de patrimonialização ainda no século XIX., onde a “pérola de Minas” já seria considerada por muitos como exemplo, pelo seu pioneirismo e por ser “palco de experiências da gestão do patrimônio tombado” (SORGINE, 2008, p. 9).

O historiador Caion Meneguello Natal tomou como estudo o plano de modernização da cidade elaborado em 1891, e buscou na imprensa mineira da época os discursos proferidos sobre a transferência da capital para Belo Horizonte (1897). Sua minuciosa pesquisa revela que a antiga Vila Rica, que, segundo a história oficial foi redescoberta pelos modernistas paulistas na década de 1920 resgatando-a de um período decadente com a perda do título de capital, sempre esteve sob o foco de intelectuais, artistas e políticos mineiros. Estes, então conhecidos como “antimudancistas” (NATAL, 2007, p. 31), não apenas se empenharam em recuperar e valorizar a importância histórica de Ouro Preto, mas também para construção de uma narrativa única, coesa, coletiva e que representasse os novos anseios do período republicano.

Um destes intelectuais foi José Pedro Xavier da Veiga (1846-1900). Político na época do Império, Xavier da Veiga foi também historiador e jornalista ativo nos primeiros anos da República Brasileira. Natural de Campanha-MG e considerado um “homem das letras”, ajudou a traçar os caminhos para uma “nova Ouro Preto” através de uma perspectiva local, preocupando-se em resgatar a tradição e as fontes documentais escritas.

Defensor da permanência da capital na cidade de Ouro Preto, Xavier da Veiga desconfiava da nova ordem republicana, sendo conhecido como monarquista e conservador por muitos. São suas palavras: “[...] não se pode festejar a República, mas tal regime deve ser respeitado. Com a República, novos direitos foram criados assim como novos deveres. Um dos deveres é o trabalho para o desenvolvimento e o progresso do país”. (JORNAL A ORDEM, 1890).

Interessado não apenas na história e nas artes de Minas, mas em utilizá-las para o seu desenvolvimento econômico, em 1890 fundou a Sociedade de Geografia Econômica de Ouro Preto, juntamente com Henrique Gorceix, Joaquim Cândido da Costa Sena, Antônio Olinto dos Santos Pires, dentre outros, com o intuito de promover “por todos os meios de seu alcance, o desenvolvimento da indústria e do comércio do Estado de Minas Gerais.” (JORNAL A ORDEM, 1890).

O livro *Efemérides Mineiras (1664-1897)*, foi publicado pela Imprensa Oficial em 1897 e, segundo os jornais da época, foi bastante repercutido (JORNAL MINEIRO, 1898). Buscando a formação dos “mitos de origem”, Xavier da Veiga ansiava em ter os registros das primeiras vilas e povoamentos de Minas. Escreveu a obra ao longo de 18 anos, selecionando e compilando a “memória oficial”; construindo uma narrativa do território mineiro, dos seus “feitos gloriosos, as tradições inolvidáveis e os méritos provados de seus filhos ilustres”. Assim ele escreveu:

Coligir dados e documentos, após demoradas leituras e pesquisas; fazer inúmeros extratos de impressos em geral pouco vulgares e de velhos manuscritos inéditos colhidos em arquivos mais ou menos desordenados; examinar, atenta e pacientemente, centenas de volumes e códices poentos e as vezes quase ilegíveis; empenhar-me reiteradamente por informações de interesse histórico, estatístico ou biográfico, solicitadas de pessoas ou institutos capazes de prestai-as; acumular quantos elementos me foi dado conseguir; úteis ao desígnio a que me propus – terminada a coordenação penosa desse acervo de papeis, de notas e indicações não raro obscurecidas pela divergência de opinião de vários escritores e antigos cronistas que procurei esmerilhar solicito para, o mais possível, apurar a verdade – ir redigindo tudo sob a forma peculiar a esta espécie de trabalhos e a medida que registrava definitivamente os fatos

averiguados, escrupulizando sempre em dar com sinceridade aos acontecimentos, as cousas e aos homens notáveis de Minas Gerais. (VEIGA, 1998, p. 3-4).

Além de escrever sobre a história de Tiradentes, incluiu os mais diversos nomes de mineiros da elite “já falecidos, dignos por qualquer título de homenagens ou gratas recordações, ou ao menos de referência honrosas à sua memória” (VEIGA, 1998, p. 5). Xavier da Veiga também foi o responsável pela organização do Arquivo Público de Minas Gerais no ano de 1895 e pela publicação da Revista do Arquivo Público Mineiro, em 1896.

[...] o Arquivo Público Mineiro, agora fundado, é instituição que consagra sentimento e ideia popular. [...] esses documentos, explicando os sucessos a que se filiam, esclarecendo acontecimentos por vezes aparentemente confusos ou contraditórios – são, por certo, elos de importância capital para a nossa vida coletiva, elos que cumprem examinar e estudar atentamente para, bem conhecendo-os, bem prezai-os (VEIGA, 1998, p. 3-4).

Observa-se que, ao mesmo tempo em que escrevia, Xavier da Veiga preparava e organizava os documentos para a criação do Arquivo Público Mineiro, o que levou Medeiros e Araújo (2007) a afirmar: “O arquivo seria a representação ideal de uma unidade territorial e histórica, as Efemérides Mineiras, o fio condutor que deveria guiar o viajante pelo território simbólico das Minas Gerais” (ARAÚJO; MEDEIROS, 2007, p. 32).

Xavier da Veiga atuou em diversas frentes – tais como político, historiador, arquivista e também como jornalista -, em um momento delicado da política de Ouro Preto que se transformava com a República e com a perda do título de capital. Com os preceitos ditados pelo positivismo de “ordem e progresso” e selecionando as memórias entre “luzes e sombras”, construiu narrativas históricas do passado mineiro. Acompanhando o processo de modernização do Brasil, “inventava tradições” buscando a todo o momento “reascender” a antiga capital Vila Rica, construindo a identidade do “ser mineiro” e da “Pátria de Minas”. Pode-se inferir que Xavier da Veiga agiu de acordo com as questões do seu tempo e permaneceu em atividade até sua morte, no ano de 1900, tanto no que diz respeito à história como na política.

Outro político e intelectual que também contribuiu para o processo de patrimonialização de Ouro Preto foi Diogo de Vasconcelos. Nascido em Mariana no ano de 1843, exerceu a função de advogado, historiador, político e também de jornalista. Bastante polêmico, publicou diversos artigos na imprensa mineira, pois, como Xavier da Veiga, era contrário à transferência da capital para Belo Horizonte.

Apesar de ser conhecido também pelo seu conservadorismo, por ter participado do período monárquico imperial, foi eleito presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto nos primeiros anos da República, sendo reconhecido pelas autoridades e pelo governador do estado, na época Afonso Pena. Também foi membro da Academia Mineira de Letras e publicou entre os anos de 1901 e 1918 diversos livros que ainda são editados e seguem como referências para a história de Minas Gerais.

A historiadora Vanuza Moreira Braga, em sua pesquisa de mestrado defendida no CPDOC em 2010, traçou a genealogia dos políticos mineiros Afonso Arinos, Cesário Alvim e, de Diogo de Vasconcelos, verticalizando nas ações de seus sucessores: Rodrigo Melo Franco de Andrade e Sylvio de Vasconcelos. Para ela, além de lutarem pela “causa” patrimonial, existia entre eles um apelo afetivo de pertencimento: “Se os primeiros foram importantes para a criação de uma consciência sobre a importância histórica de Minas, seus herdeiros teriam como compromisso consolidá-la e imprimi-la na memória nacional” (BRAGA, 2010, p. 52).

Político e também ligado ao ofício de historiador, Diogo de Vasconcelos foi bastante criticado por romantizar e seguir por um viés aristocrático e positivista, muitas vezes sem mencionar suas fontes. Mas integrou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como também participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. E, assim como Xavier da Veiga, buscou ressignificar Ouro Preto, alinhando-a de acordo com os novos anseios da República.

As comemorações do Bicentenário de Ouro Preto realizadas durante os dias 7, 8 e 9 de julho de 1911, contextualiza bem este momento por ter reunido esses “herdeiros das tradições” preocupados com a decadência e com o futuro da antiga capital. O próprio Diogo de Vasconcelos, juntamente com Nelson de Senna, Lúcio José dos Santos, Mário de Lima, Furtado de Menezes, Cláudio de Lima, João Veloso e outros, organizaram a festa do Bicentenário e “elaboraram textos escritos como instrumento típico da cultura urbana escolhido para testemunhar e perpetuar essa memória histórica”(DRUMMOND, 2011, p. 11).

Estes políticos que também eram intelectuais, buscando um meio de ressignificar Ouro Preto por não ser mais a capital do Estado, transformaram-na em uma “cidade histórica”. Neste momento, cada autor selecionou um aspecto da cidade para representar suas memórias: geografia, artes, literatura, administração pública, educação, geologia, dentre outros temas, foram

contemplados. Mas em todos eles existe “uma fusão/concretização da palavra com o aspecto físico da cidade; está se tornando, então, a matéria viva e visível da história” (NATAL, 2007, p. 94).

Em seu artigo, Diogo de Vasconcelos se dedicou a escrever sobre as obras de arte, não apenas descrevendo-as, mas contextualizando-as e inserindo-as numa linha cronológica, fazendo uma espécie de inventário. Escreveu sobre as Capelas de São João e Santana, a Capela do Taquaral, do Padre Faria, a Matriz do Pilar e a de Cachoeira, a Capela de Santa Efigênia, a Igreja São Francisco de Assis e a de Nossa Senhora do Carmo, a Casa dos Contos, a Igreja do Rosário, o Palácio dos Governadores (Escola de Minas), a Casa de Câmara e Cadeia (Museu da Inconfidência), a Igreja São Francisco de Paula, de São José, o Teatro Municipal, o prédio da Escola de Farmácia, a Igreja das Mercês, a Capela de São Miguel e Almas, a Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, os oratórios e passos, o Chafariz do largo de Marília, o da rua dos Contos, o Chafariz da Glória e todos os outros, as sete “pontes monumentais” e os caminhos que se ligavam a Vila Rica.

Mesmo em suas notas mostrando que, ao escrever, tentou não distinguir critérios de valores, acabou os agregando nas grandes obras do período barroco localizadas no centro da cidade, com exceção das pequenas capelas, por considerá-las marcos iniciais de toda “civilização mineira”. São suas palavras:

[...] os monumentos, quaisquer que sejam, grandes ou pequenos, bem ou mal acabados, constituem por certo, o patrimônio herdado; e cada um na proporção de seu valor, ou de sua lenda, concorre para o conjunto das tradições, que fizeram desta cidade o centro e o coração da história (VASCONCELOS, 1911, p. 3).

Junto com Diogo de Vasconcelos, João Batista Ferreira Veloso (1860-1954) também participou das comemorações do Bicentenário da cidade. Vereador de Ouro Preto na época, assim como seus contemporâneos, seu discurso seguia por um viés positivista, exaltava a República e o progresso como impulsos necessários para “reascender” a cidade de Ouro Preto, que assim caminharia junto à “civildade”. Mas como bem nos lembra José Murilo de Carvalho: “o cidadão positivista não age na praça pública, não delibera sobre as questões públicas. Ele se perde nas estruturas comunitárias que o absorvem totalmente” (CARVALHO, 1990. P. 22).

Algumas décadas depois, João Veloso tornou-se prefeito de Ouro Preto e foi um dos precursores das políticas públicas preservacionistas do Brasil. Em seu governo, de 1931 a 1936,

promulgou juridicamente políticas públicas que garantiram a preservação dos monumentos que há muito se deterioravam, materializando e preservando as memórias escritas por Xavier da Veiga e Diogo de Vasconcelos.

Nas Atas do Conselho Consultivo da Câmara de Ouro Preto de 1931 a 1936, observa-se em suas ações um olhar acalentado para os elementos do passado e um esforço para ressignificar as tradições ouro-pretanas, dando-lhes certo ar de continuidade histórica. Também é notável seu empenho em estreitar as relações da antiga capital com os novos dirigentes estaduais e nacionais, garantindo o lugar de Ouro Preto frente à nova política e reafirmando o seu lugar no contexto nacional.

Em uma de suas primeiras ações como prefeito de Ouro Preto, João Veloso propôs a mudança de nome do principal espaço da cidade: a atual Praça Tiradentes. Na época, a praça se chamava Praça da Independência, mas a partir do Decreto nº 8, passou a ser a Praça João Pessoa. Na sessão para apresentação do projeto ao Conselho, João Veloso justificou a mudança a fim de “prestar uma homenagem a memória do heroico e grande presidente da Parayba Dr. João Pessoa”, que tinha sido assinado em 1930 durante sua campanha eleitoral, na qual era candidato a vice-presidência, junto com Getúlio Vargas. Podemos inferir que este decreto definiria Ouro Preto ao lado dos revolucionários de 1930, alinhando-a com os propósitos do governo getulistas.

João Veloso também se preocupou em “inventar tradições” (HOBBSAWM, 2015) alterando alguns nomes de ruas, como a Bernardo Vasconcelos que passou a ser chamada Rua do Aleijadinho, e decretando feriados municipais e datas comemorativas, como o dia 29 de agosto, no 201º aniversário do “grande artista conterrâneo” Aleijadinho. Na ata do dia 9 de setembro de 1931, encontra-se escrito sobre o pintor José W. Rodrigues, que “ofereceu a prefeitura um quadro, onde se reconheceu o brasão de armas de Ouro Preto”. Desta forma, logo o prefeito transferiu o emblema “das armas do Estado de Minas Gerais, sempre usados nos timbres de papéis oficiais da prefeitura, para o verdadeiro brasão de Armas de Ouro Preto” (APMOP, Decreto nº11).

Outra ação importante foi à fundação do Instituto Histórico de Ouro Preto, em 1931. O então prefeito João Veloso, juntamente com Vicente de Andrade Racioppi, Gastão Penalva, José Pires Brandão e outros, criaram o Instituto como medida de preservação das memórias ouro-pretanas. Na sessão de 19 de setembro de 1931, o Conselho Consultivo da Câmara de Ouro

Preto decretou como sendo de “utilidade pública” a formação do Instituto, por considerar que “obedecendo às leis da Justiça e da Arte, se propõe cultivar as tradições e defender o patrimônio histórico e artístico de Ouro Preto” (APMOP. Decreto nº12).

Com sua ligação à elite intelectual, política e econômica da época, suas ações foram aceitas por um seleto grupo (de advogados, jornalistas, políticos e historiadores) e permitidas pelo então presidente da República: Getúlio Vargas. Certa vez, disse o Presidente Vargas sobre o Instituto: “É uma benemerência a obra do Instituto Histórico [de Ouro Preto], cujo objetivo nem todos compreendem” (APMOP, Jornais).

Já no Decreto nº 13, em 19 de setembro de 1931, o prefeito João Veloso estabeleceu o tipo artístico, de “face antiga”, que “deveriam seguir os prédios situados no perímetro da cidade”, pois “desperta grande interesse por parte dos turistas”. Esta seria uma das primeiras ações que tange a área jurídica para preservação do patrimônio cultural no Brasil e foi bem vista pelas autoridades da época, como o diretor do Museu Paulista, Afonso Taunay, que lhe enviou uma carta parabenizando-o pela iniciativa, e, também, nos estudos contemporâneos, nos quais continua a ser ressaltada como uma medida importante para a construção das políticas públicas voltadas para a proteção do patrimônio.

Curiosamente, nos documentos referentes ao Instituto Histórico de Ouro Preto, encontra-se como patronos nomes consagrados pela história de Minas tais como Aleijadinho, Tiradentes, os mesmos Xavier da Veiga e Diogo de Vasconcelos, Rodrigo Bretas, Conde de Ouro Preto e outros admirados e selecionados. Ficaria o Instituto então responsável por “cultivar as tradições” e “defender o patrimônio histórico e artístico” da cidade. Já seus sócios eram intelectuais e políticos da época, além do prefeito João Veloso, o ex-presidente Getúlio Vargas, o historiador Salomão de Vasconcelos, Gustavo Barroso, Wanderley Pinho, Lucio José dos Santos, Brito Machado, José Paulo Pires Brandão e Gastão Penalva.

O último decreto como prefeito de Ouro Preto, assinado em 1936, João Veloso renomeou novamente a antiga praça do coração da cidade que, durante todo o seu governo, foi denominada Praça João Pessoa, passou agora a ser a Praça Tiradentes. Ele terminou seu mandato coroando o principal espaço de Ouro Preto homenageando o mártir da Inconfidência Mineira e da República. Brasão, hino, nome de ruas, emblemas, placas, datas comemorativas, sinais...

João Veloso se esforçou para consolidar os símbolos e “mitos de origem” através de políticas públicas, selecionando e construindo o seu patrimônio cultural e firmando no imaginário social a ideia de uma história única e uma memória coletiva. Podemos inferir que suas ações influenciaram no processo de patrimonialização da cidade, fomentando o seu reconhecimento em nível nacional pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1938.

Considerações Finais

Os membros de grupos intelectuais e políticos declarados “defensores históricos” de Ouro Preto, aqui apresentados, cada qual no seu contexto evitando cometer anacronismos, foram homens de seu tempo e se dedicaram a construir o patrimônio cultural, ressignificando os fatos do passado. Neste artigo, buscamos demonstrar que desde o final do século XIX e início do século XX, antes mesmo das caravanas dos modernistas paulistas e dos arquitetos do SPHAN, esses mineiros (intelectuais, políticos, ou mesmo historiadores, memorialistas, artistas, pintores, artesãos, jornalistas e clérigos) atuaram de forma significativa para a salvaguarda da cidade.

Com uma dose do “medo da perda”, acarretado pela transferência da capital e com interesses políticos e econômicos vigentes, selecionaram, escreveram e contribuíram para o processo de patrimonialização em torno da valorização de Ouro Preto como “cidade histórica”, como o “berço da civilização mineira”, enfatizando seus “grandes feitos”, construções e “homens extraordinários”, não apenas para a ascensão da cidade e da “pátria mineira”, mas para a construção de uma “nação brasileira”, idealizada pela política de governo de Getúlio Vargas.

Ancorados nas ideias de “originalidade” e “essência do passado” construíram uma narrativa através da história positivista, da história como “mestre da vida”, contribuindo para a formação dos “mitos de origem”. A atenção se voltou com mais afinco para o “centro-histórico” com suas grandes, excepcionais e ostentosas construções de tradição luso-brasileiras que vinham se deteriorando pelas vicissitudes do tempo. Já as memórias e os bens representativos para as comunidades dos bairros periféricos, morros e distritos de Ouro Preto ficaram excluídos das políticas públicas de conservação do município.

Atualmente, observa-se que os bens classificados com proteção municipal são mais heterogêneos e diversificados. Entretanto, se há uma tentativa de democratização das memórias, muitas delas seguem às sombras não apenas do turismo cultural, mas também do orçamento dos planos de salvaguarda. Observa-se que ainda permanece a política dos interesses, privilegiando

certos bens e esquecendo tantos outros, como o picar dos vagalumes ou como num jogo eterno entre “luzes e sombras” (CIVALE, 2015, p. 142).

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, V. L. de.; MEDEIROS, B. F. **A história de Minas como história do Brasil : o projeto historiográfico do APM**. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.63, p. 22-37, 2007.

BRAGA, Vanuza Moreira. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto**. Dissertação de Curso apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro: FGV. 2010.

BRAUDEL, Fernand. **“Entrevista a Napoleão Sabóia”**, O Estado de São Paulo, 26-11-1995, D5.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CIVALE, Leonardo. **Sobre Luzes e Sombras: a revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012)**. Caderno de Geografia (PUC/MG. Impresso), v. 25, 2015.

CHUVA, Márcia R. Romeiro. **Os arquitetos da memória: construção do patrimônio histórico artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)**. 2001.

DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim (org.). **Ouro Preto Cidade em Três Séculos; Bicentenário de Ouro Preto; Memória Histórica (1711-1911)**. Ouro Preto: Liberdade, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GRAMSCI, Antônio. **Análise das situações: relações de força**. In:_. Cadernos do Cárcere, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso Amplo Presente: O tempo e a cultura contemporânea**. Tradução Ana Isabel Soares. 1ª edição. São Paulo: editora Unesp, 2015.

HOBBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: a Construção de uma cidade histórica**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, DEHIS/UNICAMP, Campinas, 2007.

SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950**; [colaboração de Lia Motta e Bettina Grieco] - Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

Fontes Escritas

Hemeroteca Pública de Minas Gerais. Jornal **A Ordem**, em 18 de janeiro de 1890. Número da Edição 16.

AMCOP. Atas do Conselho Consultivo, 1931 a 1937.

AMCOP. Jornal Mineiro. 22 de maio de 1898; 1 de agosto de 1899.

VASCONCELOS, Diogo de. **As Obras de Arte em Ouro Preto**. *In*: Bicentenário de Ouro Preto – 1711/1911. Memória Histórica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 2ª edição atualizada. 2011.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Palavras Preliminares**. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano I, fascículo I, p. II, 1896.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras** 1664-1897. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1998.